

**O COMBATE AO TERRORISMO INTERNACIONAL NO CENTRO  
E SUL DA ÁSIA: ENTRE O INTERVENCIONISMO ESTRANGEIRO  
E A REGIONALIZAÇÃO DE SEGURANÇA**

Edson José Neves Júnior

---

Doutorando em Estudos Estratégicos Internacionais pela UFRGS  
Mestre em Relações Internacionais pela UFRGS  
Especialista e Licenciado em História pela UFRGS  
E-mail: edsonufrgs@yahoo.com

Larlecianne Piccolli

---

Mestranda em Estudos Estratégicos Internacionais pela UFRGS  
Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade América Latina/Montserrat, e  
Bacharel em Turismo pela Universidade de Caxias do Sul (UCS)  
E-mail: larle@hotmail.com

Recebido em: 31 jul. 2012  
Aceito em: 06 set. 2012

## RESUMO

O artigo propõe analisar como o combate ao terrorismo no Centro e Sul da Ásia tem alterado seu perfil ao longo dos últimos anos. A intervenção direta na Ásia meridional, no Afeganistão, já em fins de 2001, e as incursões nas áreas tribais afgão-paquistanesas, não são os únicos exemplos de ações contra organizações extremistas na região. Tem assumido papel destacado nesta tarefa as grandes potências do entorno, como Rússia, China e Índia, em decorrência da crise financeira de Washington, e também pelas vantagens oferecidas pelo projeto da regionalização e institucionalização da guerra ao terrorismo. Esta última pode ser evidenciada em uma série de acordos e criação de órgãos intergovernamentais recentes, o mais relevante deles a OCX - Organização para Cooperação de Xangai. Em linhas gerais, há dois projetos potencialmente concorrentes. O do intervencionismo estadunidense, que já demonstrou suas limitações e acena com a possibilidade de extinção. E o da institucionalização regional, comandada por Rússia, China e Índia, que tem uma concepção ampliada do radicalismo islamista, irrestrito ao Afeganistão, e das formas de combatê-lo, baseadas na não ingerência em assuntos internos e na reconstrução ou fortalecimento dos Estados nacionais da Ásia meridional.

**Palavras-chave:** Terrorismo internacional na Ásia meridional, Organização de Cooperação de Xangai, Rússia, China.

## RESUMEN

El artículo se propone analizar cómo la lucha contra el terrorismo en Centro y Sur de Asia ha modificado su perfil a lo largo de los años. La intervención directa en Asia Meridional, en Afganistán, a fines de 2001, y las incursiones en las zonas tribales afgano-paquistaní, no son los únicos ejemplos de acciones contra las organizaciones extremistas en la región. Las grandes potencias del entorno, Rusia, China e India, han asumido papel prominente en la tarea, eso debido a la crisis financiera en Washington y también, por las ventajas que ofrece el proyecto de regionalización e institucionalización de la guerra al terrorismo. Esta última, se puede evidenciarla en los recientes acuerdos y creación de organismos intergubernamentales, de los cuales lo más relevante es la OCS – Organización de Cooperación de Shanghái. En términos generales, existen dos proyectos que compiten en potencialidad. El intervencionismo de los EE.UU., que ya ha mostrado sus limitaciones e indica a la posibilidad de extinción. Y la institucionalización regional, dirigida por Rusia, China e India, la cual tiene una concepción amplia del radicalismo islámico, ilimitada al Afganistán, y de las maneras de combatirlo, basada en la no injerencia en los asuntos internos y en la reconstrucción o fortalecimiento de los estados nacionales de Asia Meridional.

**Palabras-clave:** Terrorismo internacional en Asia meridional, Organización de Cooperación de Shanghái, Rusia, China.

## 1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar a mudança nos padrões da guerra ao terrorismo na Ásia meridional e central. Para tanto, lançamos mão de averiguar como se comportam as maiores potências regionais, Rússia, China e, em menor grau, Índia, na transformação do modelo intervencionista militar implementado pelos Estados Unidos desde 2001, para um novo tipo assentado na cooperação institucional regional em questões securitárias e econômicas. De certa forma, o que observamos foi a alteração gradual e simultânea da estratégia de combate ao terrorismo, acompanhado de um processo de complexificação tanto do contexto no qual se deve agir, quanto dos métodos e recursos a serem empregados. Por seu turno, tal reconfiguração só foi possível com o enfraquecimento da presença estadunidense no continente, articulado com a criação de organizações e fóruns locais onde o problema passou a ser tratado coletivamente, e também com a experiência acumulada que as grandes potências asiáticas já possuíam nas ações contraterroristas realizadas em seus territórios nacionais.

Para atender esta meta, o texto que segue se divide em três seções. A primeira aborda a guerra ao terrorismo empreendida pelos Estados Unidos desde 2001, e seus aspectos e resultados principais. A segunda descreve de maneira breve as experiências contra organizações terroristas na Rússia, China e Índia antes dos ataques do 11/09. E a terceira analisa como as potências asiáticas imprimem novas características à guerra ao terrorismo já a partir da invasão norte-americana no Afeganistão, e como criou organizações regionais dedicadas à discussão do tema.

## 2 CARACTERÍSTICAS DA GUERRA AO TERRORISMO DESDE 2001

Os atentados de setembro de 2001 provocaram significativas mudanças na política externa estadunidense. A procura por uma “nova grande estratégia” de ação internacional, como referiu a especialista Cristina S. Pecequilo, parecia, enfim, ter chegado ao seu termo, e o terrorismo internacional veio ocupar o lugar de grande inimigo do mundo ocidental - posto que pertencera ao comunismo originado e irradiado pela União Soviética, durante o período da Guerra Fria (PECEQUILO, 2005, p. 246-270).

O combate ou “cruzada”<sup>1</sup> contra os terroristas lançada por George Walker Bush, arbitrariamente representados pela organização “Al Qaeda” (“A Base”) e seu líder Osama Bin Laden, e posteriormente ao governo de Saddam Hussein no Iraque, colocavam fim à chamada Nova Ordem Mundial de paz e prosperidade anunciada, por seu turno, por George Bush pai, cerca de dez anos antes, e os EUA se propunham então como o xerife resoluto (HAASS, 2002)<sup>2</sup> de um mundo ameaçado por uma série de inimigos, aliás, ainda pouco definidos, ou mesmo imperceptíveis, mas todos enquadrados segundo uma definição ainda vaga de terrorismo (TILLY, 2004)<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> “Esta cruzada - esta guerra contra o terrorismo - vai demorar um pouco, [...] E o povo americano deve ser paciente, eu vou ser paciente, mas posso garantir ao povo americano que eu estou determinado...”. (NEW YORK DAILY NEWS, 2001).

<sup>2</sup> Discurso proferido ao Conselho de Relações Exteriores dos EUA pelo diplomata Richard Haass, em Chicago, no dia 26 de junho de 2002. Neste discurso é ressaltado o supostamente novo papel estadunidense de “xerife resoluto” na ordem mundial após os atentados de 2001. No ano seguinte, 2003, Haass assumiu a direção do referido Conselho e foi um dos articuladores da chamada doutrina Bush, evidenciada no documento governamental *National Security Strategy* – NSS, que previa a securitização da agenda internacional, entre outras medidas relacionadas a certas regiões do globo, como o Oriente Médio e Sul da Ásia.

<sup>3</sup> Neste artigo Tilly demonstra as variações apresentadas pelo Departamento de Estado dos EUA sobre o que poderia ser considerado por terrorismo Na década de 1990 e início do século XXI.

Na seqüência dos atentados, e pela necessidade de determinar um inimigo territorialmente localizável para a resposta estadunidense, foi eleito o governo dos talibãs<sup>4</sup> no Afeganistão, no poder desde 1996. A administração Bush justificou a retaliação afirmando se tratar de um *rogue state*<sup>5</sup>, um patrocinador do terrorismo internacional, que também abrigava militantes vinculados à Al Qaeda, como seu líder Osama Bin Laden. Assim, após a rápida formação de uma força militar dentro da OTAN foi efetivada a invasão desse país, a tomada igualmente rápida do poder, a constituição de uma coalizão governamental composta pelos novos ocupantes e os antigos rivais dos talibãs (SAIKAL, 2004). Entretanto, nos anos seguintes, uma resistência talibã, organizada dentro e fora do país, inclusive no Paquistão<sup>6</sup>, passou a fustigar as forças de ocupação da referida coalizão ocidental. Os ataques contra os integrantes da OTAN<sup>7</sup>, bem como, a incapacidade do governo nacional imposto (embora formalmente eleito<sup>8</sup>) de normalizar o cenário político interno afegão são graves problemas colocados à continuidade das tropas estrangeiras no país.

Alem do Afeganistão, o Iraque também sofreu com a política de combate ao terrorismo, a partir de 2003. Contudo, neste contexto, dada a inexistência de consistentes organizações terroristas, a justificativa utilizada pelo presidente Bush filho foi a busca por Armas de Destruição em Massa (ADM). A campanha iraquiana teve aspectos bastante similares à afegã no que concerne aos esforços de guerra. Foi relativamente rápida e terminou com a imposição de um governo da oposição à Hussein, de origem xiita. Também as tropas estadunidenses no Iraque sofreram com atentados contra seus integrantes.

Considerados em conjunto, assim, os objetivos das campanhas militares no Afeganistão, voltada ao combate aos grupos islamistas extremistas, e no Iraque, legitimada a partir da apreensão das ADM, se configura um definição do que é a guerra ao terrorismo: campanhas militares preventivas destinadas a desbaratar organizações radicais islâmicas, amparados por determinados governos, e derrubar governos que possuíssem armas de destruição em massa que pudessem afetar os interesses estadunidenses, dentro e fora de seu território nacional (DINIZ, 2010, p. 163-164).

Quanto aos sucessos da guerra ao terrorismo, utilizamos para o caso do Iraque o estudo do professor Érico E. Duarte, e para a situação no Afeganistão alguns autores. Os esforços de Washington para a derrubada de Saddam Hussein e desestruturação de seu partido, o Baath, foram relativamente bem sucedidos, em um primeiro momento. Entretanto, dada a falta de interesse ou incapacidade dos EUA em entender a realidade local iraquiana, bem como os grupos de poder internos, a situação se alterou nos anos seguintes. Logo após a substituição de Hussein, eclodiu uma guerra civil entre as organizações sunitas e xiitas do país, e contra a própria presença dos Estados Unidos, o que impactou substantivamente na percepção e propaganda de vitória contra o terror disseminada pelo governo de Bush. Essa situação só se alterou com a mudança na

<sup>4</sup> Talibã (plural do persa *taleb*): estudantes de escola religiosa, no caso, corânica. (KEPEL, 2003, p. 564).

<sup>5</sup> *Rogue State*, de acordo com minha tradução e de acordo com o sentido apreendido nas leituras sobre o tema, pode ser entendido por *Estado Pária*, *Estado Delinqüente* ou *Estado Bandido*.

<sup>6</sup> Esse movimento de resistência à ocupação estrangeira ficou conhecido como *Tehrik-i-Taliban* ("Movimento dos Estudantes", traduzido do Urdu) e já nasceu tendo uma subdivisão no país vizinho, o *Tehrik-i-Taliban Pakistan*.

<sup>7</sup> Os ataques contra as forças da OTAN se traduzem em ações armadas e explosões contra suas tropas, mas também a cobrança de propinas para "garantir a segurança" do transporte de itens de subsistência para as mesmas tropas, como descobriu recentemente o subcomitê de Segurança Nacional e Relações Exteriores do Congresso dos EUA. Realidade esta que reforça os intentos do atual presidente Barack Obama de promover a retirada do Afeganistão. (U.S. HOUSE OF REPRESENTATIVES, 2010).

<sup>8</sup> A eleição no Afeganistão foi extremamente tumultuada e marcada pela corrupção e fraude, de ambos os lados. Ao final, o candidato apoiado pelas forças ocidentais, e supostamente um ex-consultor da empresa petrolífera Unocal, Hamid Karzai, venceu as eleições em 2004 e mais uma vez em 2009. (KATZMAN, 2010).

orientação da guerra no final de 2006, quando se passou a investigar quais grupos internos poderiam ser aproveitados de acordo com os interesses estadunidenses, quais deveriam ser combatidos, bem como, que países da região intervinham na realidade iraquiana (DUARTE, 2009). Conforme as novas diretrizes e estratégia, a partir de 2007, se procedeu conforme as diretrizes constantes no quadro analítico a seguir:

**Quadro 1 - Diferentes linhas de ação e estratégias dos EUA no Iraque**

<b>Organizações Islâmicas Iraquianas</b>	Sunitas nativos	Sunitas jihadistas	Xiitas
<b>Grupos de Apoio (internos e externos)</b>	Xeiques iraquianos	Al-Qaeda	Governo do Irã
<b>Linha de Ação dos EUA (2003 a 2006)</b>	Vistos e reprimidos indistintamente.		Apoio para ocupar o governo do Iraque
<b>Linha de Ação dos EUA – pós-2007</b>	Estimular governo de coalizão com os xiitas	Intensificar a Repressão	1 – ameaçar o programa nuclear do Irã para forçar a negociação e a suspensão do suporte aos xiitas no Iraque; 2 – Estimular formação de governo de coalizão com os sunitas nativos.

**Fonte: Elaborada a partir de análise de DUARTE, 2009.**

A mudança nas bases da guerra contra o terrorismo no Iraque foi decorrência do abandono da aplicação exclusiva de força e a adoção de uma estratégia relativamente bem estruturada. Optou-se pelo estabelecimento de um equilíbrio de forças que, associado ao anúncio da retirada gradual das tropas estrangeiras do país, poder produzir um ambiente político mais estável. Resta saber se o governo de coalizão continuará apoiando os interesses dos EUA no país, mesmo depois da retirada completa.

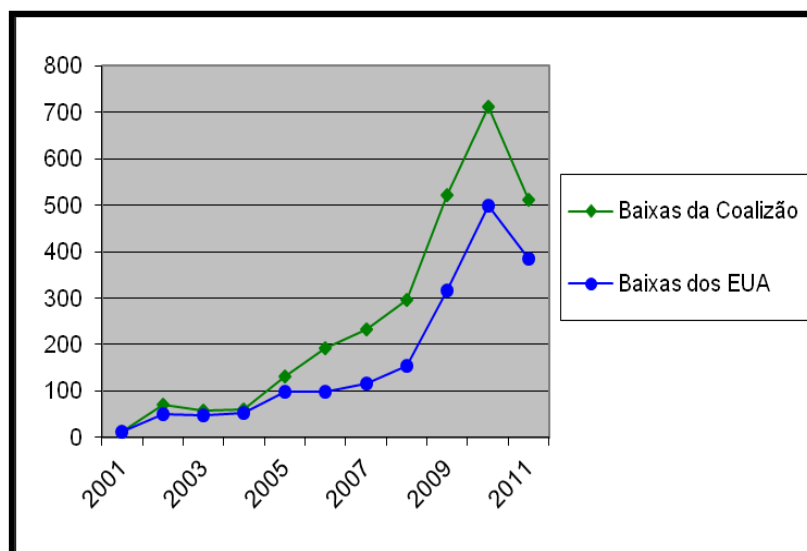
No caso do Afeganistão, a análise apresenta maior complexidade por fatores distintos, mas interligados: 1 - a realidade nacional e os grupos de poder internos ligados às atividades terroristas, mas também tráfico de drogas e armas; 2 - a ação de organizações transnacionais islamistas que envolvem países da Ásia Central; 3 - interesses de grandes potências regionais, como Rússia, envolvida na segurança das ex-repúblicas soviéticas, China, preocupada com os radicais sunitas do Xinjiang e parceira tradicional do Paquistão, e Índia, que tem problemas históricos com o governo de Islamabad, por sua vez, responsável por financiar diretamente grupos terroristas na Caxemira e outros Estados indianos. Além destes fatores, há ainda o problema referente ao papel e relevância do Afeganistão para o contexto regional.

A guerra contra a Al-Qaeda e seu líder Osama Bin Laden, então apoiada pelo governo talibã do Mulá Omar no Afeganistão, pode ser dizer, teve sucesso parcial. A derrubada do regime islâmico com a Operação *Enduring Freedom* (Liberdade Duradoura) em fins de 2001, somada ao enfraquecimento progressivo da rede *Al-Qaeda* e, mais recentemente, ao assassinato de Bin Laden, ocorrido na cidade de Abbottabad em maio deste ano, sugerem uma vitória contra o terrorismo (ou ao menos para o governo norte-americano justificar sua política perante a opinião pública nacional). Entretanto, se analisarmos mais de perto a situação, a conclusão pode ser distinta.

Os militares das forças da OTAN produziram no Afeganistão uma campanha militar muito similar àquela observada no Iraque, na maior parte do período em que persiste a invasão. Aplicaram força de maneira arbitrária, ou seja, reprimiram a população sem saber ao certo quem era apoiador ou vítima dos talibãs, mostraram incapacidade para mobilizar seus próprios serviços de inteligência, bem como os regionais aliados<sup>9</sup>, não se inteiraram da realidade local, colocaram sob o rótulo abrangente de “talibã” todos os grupos que não eram ligados às forças da Aliança do Norte, a aliada local (ALI, 2005; RASHID, 2008), e instituíram um governo fraco no país, legitimado através de eleições fraudulentas. Essa situação só vem se alterar, de forma gradual, aliás, com a ascensão de Barack Obama à presidência dos EUA em 2009<sup>10</sup>.

Ao fim e ao cabo, o resultado real da guerra ao terrorismo no sul da Ásia, apesar dos resultados pontuais assinalados, não podem ser considerados satisfatórios. Um dos exemplos disso é o fato que somente no mês de agosto deste ano foram contabilizados 81 mortos das forças da ISAF (*International Security Assistance Force*), o que o torna o 2º mês mais mortífero para as tropas da OTAN desde o início da invasão, em 2001. O Gráfico a seguir mostra a elevação do número de baixas da coalizão no Afeganistão desde o início das operações.

**Ilustração 1 – Baixas das Forças da OTAN no Afeganistão (de 2001 – até 02/11/2011)**



Fonte: informações disponíveis em [ICASUALTIES.ORG](http://ICASUALTIES.ORG)

A persistência desta forma de guerra irregular no Afeganistão pode ser atribuída a vários fatores, ou meramente desconhecidos, ou voluntariamente desconsiderados, pelas forças ocidentais no país. Talvez o mais significativo é a presença de setores do Estado paquistanês, como o Exército ou o ISID (*Inter-Services Intelligence Directorate*) no suporte aos grupos radicais transnacionais que atuam na Índia, no Bangladesh e no Afeganistão, e tem colaboração de organizações no Oriente Médio e Ásia Central (NEVES JR. 2010, SHAHZAD, 2011). A ausência de uma política de combate ao tráfico de drogas é outra das falhas cometidas pelas forças ocidentais no país. É fato que muito

<sup>9</sup> O Serviço Secreto paquistanês, por exemplo, concedeu auxílio às forças da OTAN no Afeganistão. No entanto, este se mostrou limitado e dirigido, pois protegeu grupos que considerava importantes para os objetivos do Paquistão, e utilizou a oportunidade para afastar lideranças afegãs com as quais tinha diferenças históricas. (RASHID, 2008)

<sup>10</sup> A política de Barack Obama para a guerra contra o terrorismo tem características diferenciadas e se alia, ao menos em parte, com o processo de regionalização da segurança sul e centro-asiática ora em curso, e por isso será tratada nas seções seguintes.

dos recursos oriundos do comércio de ópio e heroína no país chega, direta ou indiretamente, às organizações radicais islamistas e, além disso, contribuem para criar redes políticas regionais clientelistas mais amplas que dão suporte a este rentável negócio e seus envolvidos (PETERS, 2009).<sup>11</sup> Em linhas gerais, se operou no Afeganistão a mesma política de negligência em relação à realidade local, tal qual ocorrido no Iraque.

Ademais, no plano da política internacional, se a invasão do Afeganistão contou com o apoio de grande parte da comunidade internacional, a guerra preventiva contra o Iraque demonstrou as limitações do projeto de neo-hegemonia norte-americana. O consenso obtido na busca dos responsáveis pelos atentados de 11 de setembro, não se viu renovado quando da proposição de intervenção no Iraque (CRENSHAW, 2010). Na ocasião, os motivos alegados não possuíam respaldo em evidências e demonstravam que se tratava do atendimento de interesses bem específicos vinculados ao abastecimento energético e uma nova geopolítica para o Oriente Médio configurada em consonância aos objetivos norte-americanos. Desde então, considerados os dois cenários, muitas tem sido as críticas à guerra ao terrorismo nos moldes propostos. A intervenção direta, via de regra violenta, sem muito de estratégia agregada, e sem projetos de reconstrução dirigidos e significativos, propiciou que potências regionais, como Rússia, China, e em menor grau a Índia, tomassem, gradualmente, a liderança da missão, atribuindo-lhe, entretanto, contornos distintos e mudança nos atores envolvidos. Obviamente, contribui cada vez mais para esse processo a crise econômica iniciada em 2008 e exacerbada desde então, bem como, a crescente crítica de setores políticos internos estadunidenses à viabilidade dessas operações. De certa forma, o assassinato de Osama Bin Laden neste ano, vinculado à propaganda governamental de “missão cumprida”, e ao anúncio da retirada total das tropas norte-americanas até 2014, aliviaram as críticas, mas ainda exige a redução dos gastos nesta área, e conseqüentemente, a passagem da responsabilidade para outros atores interessados.

### 3 A LUTA CONTRA ORGANIZAÇÕES TERRORISTAS NA ÁSIA ANTES DO 11/09

A guerra ao terrorismo, apesar de intensificada e transformada em política internacional das potências ocidentais a partir de 2001, não é uma novidade para os países da Ásia. Rússia, China e Índia combatem esse tipo de guerra irregular bem antes de entrar na agenda de segurança estadunidense e mundial. A Rússia tem problemas com organizações radicais na região do Cáucaso, que caracteriza como “interior e exterior próximos”, pelo menos desde o final do período da Guerra Fria. Já o governo chinês combate rebeldes islâmicos sunitas, pertencentes à etnia uigur<sup>12</sup>, na Província de Xinjiang<sup>13</sup> (formalmente chamada de Região Autônoma Uigur do Xinjiang) e eventuais levantes organizados por grupos separatistas no Tibete desde a ascensão do governo comunista em 1949. E, por fim, Nova Delhi, enfrenta diversas insurgências internas: grupos extremistas islâmicos no norte do país, nos Estados de Assam e Uttar Pradesh (desde a independência de Bangladesh, em 1971), e no noroeste, na Caxemira (desde a formação de Paquistão e Índia em 1947); organizações maoístas-naxalites no leste e

<sup>11</sup> O comércio de derivados da papoula tem vários setores dentro do Estado afegão que lhes garantem vitalidade, mas também fora. No Paquistão, o ISID é responsável e adquire dividendos com o comércio interno e transporte das drogas, e na Ásia Central, onde outros grupos também atuam na distribuição e transporte até chegar o destino final, e mais lucrativo, a Europa (WINCHELL, 2003; MACDONALD, 2007).

<sup>12</sup> Os uigures são, numericamente, a maior etnia no Xinjiang (45% da população). Essa proporção foi maior no passado, mas os esforços de Pequim para estimular a migração de população do Leste para o Oeste do país equilibrou a distribuição demográfica.

<sup>13</sup> *Xinjiang* significa “Fronteira Nova” em alusão às conquistas da dinastia Qing. O nome é considerado pejorativo por lideranças étnicas locais.

sudeste; e o movimento sique pela independência do Khalistão, que fica no oeste do país, no Estado do Punjabe (estes dois últimos atuam na Índia desde o final dos anos 1960).

A seguir descrevemos, brevemente, como se configura cada uma dessas situações e de que forma cada governo vem combatendo tais organizações. Também procuramos, na seção subsequente, determinar como essa situação veio a se modificar a partir de 2001, quando estes países fazem convergir seus problemas internos com a agenda internacional do combate ao terrorismo, e procuraram institucionalizar o combate ao terrorismo em fóruns regionais, notadamente a Organização de Cooperação de Xangai – OCX.

### 3.1 VARIAÇÕES DO PAPEL DA RÚSSIA EM RELAÇÃO AO TERRORISMO

O terrorismo é um problema interno e externo para a Rússia muito anterior aos atentados de setembro de 2001. De acordo com Conceito de Política Externa russo de 2000, a luta contra o terrorismo internacional é valorizada como importante tarefa de sua política externa, por ser “capaz de desestabilizar a situação [política] não só em alguns países, senão em regiões inteiras” (FPC, 2000). Via de regra, articulado com o separatismo e o extremismo, o terrorismo é uma das mais significativas preocupações governamentais, e se concentra no sul do território russo, conhecido como Cáucaso do Norte<sup>14</sup>.

O Cáucaso do Norte é uma área relativamente pequena, de limitado desenvolvimento econômico (exceto pela extração de recursos energéticos e pelas rotas de trânsito de oleodutos e gasodutos provenientes do Mar Cáspio) e povoado por grupos étnicos que, tradicionalmente, ambas as autoridades imperiais (czaristas) e soviéticas tiveram dificuldades em controlar. Com o colapso da URSS, as repúblicas do Cáucaso do Norte passam, paulatinamente, a se distanciar do Estado russo e, mesmo estando sob o guarda-chuva político e econômico deste, detém expressivo nível de autonomia frente à autoridade federal, caracterizando o uso da expressão “interior próximo”<sup>15</sup>.

Neste contexto, a Tchetchênia se apresenta para a Rússia como um grande desafio: uma região de imediata conexão fronteiriça que, simultaneamente, configura um espaço de fraca atuação estatal, um refúgio para o crime organizado e base para ações extremistas islâmicas de vasto alcance territorial, minando assim, o controle estatal sobre as demais regiões adjacentes. A Tchetchênia se coloca como fator chave ao cenário securitário russo, não somente no Cáucaso do Norte, mas na região como um todo, visto que sua instabilidade interna facilmente transborda para as repúblicas e Estados vizinhos. Exemplo dessa importância pode ser ilustrado pelo fato de a Rússia já ter travado duas guerras na Tchetchênia, (1994-1996 e 1999-2000), além de ter sofrido com ataques terroristas perpetrados pelo tchechenos em várias ocasiões, os principais ao teatro Dubrovka (*Nord-Ost*) em 2002, e o massacre em uma escola em Beslan, na Ossétia do Norte, em 2004, e outros em Moscou e arredores.

<sup>14</sup> O Cáucaso pode ser dividido em duas sub-regiões, o do Sul e o do Norte. O do Sul é formado pelos Estados da Armênia, Azerbaijão, Geórgia, além das recém-independentes Ossétia do Sul e Abkhazia. O Cáucaso do Norte abrange unidades federativas russas, que possuem maior grau de autonomia relativa, sendo elas: Tchetchênia, Daguestão, Ingushétia, Ossétia do Norte, Karachaevo-Cherkessia, Adygea, Kabardino-Balkaria. No Cáucaso do Norte, as repúblicas autônomas podem ser categorizadas tendo como base dois critérios principais: o grau de islamismo e a situação política das repúblicas (MALASHENKO, 2009, *on line*). As conexões existentes entre as populações do Cáucaso do Sul e do Norte, em ambos os lados da fronteira russa, fazem as instabilidades da região facilmente transbordarem para território russo, impactando diretamente em suas questões de segurança, e vice-versa (MANKOFF, 2009).

<sup>15</sup> A expressão “interior próximo” surge em alusão à expressão comumente utilizada pela política externa russa de “exterior próximo”, referindo-se à influência que Rússia busca a exercer nas ex-repúblicas soviéticas (TRENIN, 2001, p.179).



Os ataques de 11 de Setembro contra os Estados Unidos inauguraram uma nova perspectiva mundial, enfatizando a corrida contra um inimigo comum: o terrorismo. Da reação russa aos ataques, pode-se perceber que ela serviu como uma oportunidade única para o presidente Vladimir Putin implementar sua nova visão do interesse nacional. Logo após os ataques, o governo russo ofereceu suporte às investidas anti-terroristas em território afegão, as quais foram recompensadas com retóricas sutis dos norte-americanos e europeus em relação à Segunda Guerra da Tchetchênia, abrindo precedente para Putin definir as operações no Cáucaso como “guerra ao terrorismo” também (TSYGANKOV, 2006, p. 200). Há que se ressaltar que as ações contraterroristas russas pré-2001 eram bastante criticadas pela comunidade internacional pelo grau de violência empregado. Ademais, a experiência de Moscou no combate ao terrorismo foi sendo aceita e incorporada aos esforços ocidentais no combate aos talibãs no Afeganistão, bem como incrementada a presença russa em países da Ásia Central que enfrentam problemas com organizações islamistas transnacionais.

### 3.2 AS ORGANIZAÇÕES TERRORISTAS EM XINJIANG E A ATUAÇÃO CHINESA.

Os chineses enfrentam problemas internos em duas grandes regiões de seu território, no Xinjiang e no Tibete. Basicamente, algumas lideranças do Tibete reivindicam que se trata de um país livre, independente historicamente, e não uma província autônoma chinesa. Utilizam como argumento principal que sempre foram um reino separado do chinês e, quando muito, a elite teocrática governante lamaísta teve a função de “guia espiritual” de monarcas chineses, mas não com exclusividade, uma vez que efetuava este mesmo serviço para outras dinastias regionais com vistas a manipular a influência de cada uma delas para garantir sua autonomia regional (SPERLING, 2004). O governo chinês, por seu turno, argumenta que a região tem laços históricos com o país e a caracteriza como parte integrante do antigo e vasto *Império do Meio*.

Embora tenham ocorrido manifestações por autonomia na província tibetana no ano de 2008, em função dos jogos olímpicos na China, os grupos independentistas perderam força desde então. Há que se reconhecer que, apesar dos protestos episódicos, foi só com o governo comunista, a partir de 1949, que foram abolidas práticas arcaicas na região, como a servidão, e somente a partir de então o Tibete conheceu certo grau de modernização.

A rebelião no Xinjiang é fruto da ação de parte da etnia uigur, identificada com o islamismo sunita, que busca autonomia. A história da insurgência região remete à própria tensão histórica entre uma independência requerida junto a eventuais impérios e países vizinhos mais poderosos, como os reinos islâmicos, ou Estados como o soviético e o chinês, e momentos breves de real autonomia. Com respeito ao movimento atual, afirma Bates Gill (2007, p. 127):

Diferenças entre os governantes chineses e uigures datam de mais de um século. Nos termos do Tratado de São Petersburgo, assinado em 1881, a China e a Rússia Imperial dividiriam a pátria uigur do Turquestão entre eles, embora a China não tenha exercido o controle completo sobre esta vasta região, especialmente durante o período de seu colapso dinástico, sua guerra civil, e da invasão estrangeira, que afligiram a China na primeira metade do século XX. Um breve período de independência (1945-1949) para o que era conhecido como Turquestão Oriental terminou quando os novos líderes comunistas chineses enviaram tropas para a área e estabeleceram a Região Autônoma Uigur do Xinjiang. O Exército de Libertação chinês enfrentou uma resistência feroz, tal qual seus antecessores da dinastia Qing, e durante a década de 1950 milhares de uigures foram executados e presos por defender o "separatismo". A Revolução Cultural foi um período particularmente difícil para os uigures, que viram suas mesquitas destruídas, imãs presos, e a língua nativa banida das escolas. Estima-

se que 500 mil uigures fugiram para a União Soviética durante este período. As tensões também foram exacerbadas pelo encorajamento oficial da migração de indivíduos da etnia *Han* para Xinjiang: a população *Han* aumentou de cerca 6 a 7% na década de 1940 para algo em torno de 40 ou 45% em 2000.

Embora o cenário traçado por Gill pareça desolador, as tensões na região só voltaram a ocorrer no final da década de 1980 e anos noventa. A atual situação na Província recebeu maior atenção das autoridades de Pequim pelo incremento do fator religioso fundamentalista transnacional e a desagregação da URSS, que transformou as regiões vizinhas em países autônomos, que possuem laços identitários e poder de influência no Xinjiang. Essas mudanças apressaram o governo chinês para reformular as relações com a região, aumentando sua integração com o resto do país, mas também por implementar política de segurança mais intensa, uma vez que houve o aumento da interação de organizações uigures sunitas radicais com os talibãs, com grupos islamistas centro-asiáticos, como o Movimento Islâmico do Uzbequistão, e com a Al-Qaeda (MILLWARD, 2007; GILL, 2004). Em termos práticos, essa foi a razão para que o governo de Pequim procurasse instituir canais de comunicação e organização securitária com as repúblicas centro-asiáticas. Daí a origem do grupo conhecido como “os 5 de Xangai” (*Shanghai Five*), depois formalizado na OCX (SHAMBAUGH, 2005. p. 30-31).

De qualquer forma, tal qual o ocorrido com a Rússia, a política de repressão chinesa em relação aos uigures e tibetanos, que era bastante criticada pelas lideranças ocidentais, sofreu mudanças a partir de 2001, e passou a contar com o apoio dos antigos críticos. O governo de Pequim, por seu turno, aproveitou a oportunidade para fazer convergir sua agenda interna com a internacional e atuar com mais intensidade na região centro e sul-asiáticas, bem como participar de fóruns internacionais referentes às temáticas securitárias.

### 3.3 O COMBATE AOS GRUPOS TERRORISTAS ISLAMISTAS NO NORTE INDIANO

A Índia tem importância no combate ao terrorismo no Sul da Ásia pela sua conturbada história com o Paquistão e a estratégia deste último em utilizar a guerra irregular como ferramenta de política exterior de segurança. Entretanto, no processo de institucionalização regional que nos referimos aqui, sua participação é secundária, primeiro por fatores formais, pois não é membro oficial da OCX, e segundo, por ainda ter problemas fronteiriços com a China<sup>16</sup>; e com o Paquistão, que não raras vezes aciona sua parceria histórica com os chineses para contrabalançar a projeção indiana. Contudo, a contribuição indiana para o combate ao terrorismo no subcontinente pode auxiliar como modelo para os esforços chineses e russos, além de ser considerado um ator importante pelo recente destaque lhe atribuído pelos Estados Unidos<sup>17</sup>.

A atuação de organizações islamistas terroristas na Caxemira indiana, em alguns Estados indianos e em Bangladesh (que eventualmente se deslocam para território indiano) são decorrência da diligência do Paquistão para causar instabilidade política na região. Mais especificamente, da maior Agência de Inteligência paquistanesa, o ISID, que funciona como um “Estado dentro de um Estado”, e atua na região, criando, treinando e dirigindo organizações extremistas contra as autoridades e populações indianas não-islâmicas (WINCHELL, 2003; SAIKIA, 2002).

<sup>16</sup> A região do *Aksai Chin*, a Caxemira chinesa, é reivindicada pela Índia; e o Estado indiano de Arunachal Pradesh, por seu turno, é ainda reivindicado pela China.

<sup>17</sup> Além destes fatores, a Índia pode se beneficiar da eventual pacificação da região porque permitirá a construção de redes de abastecimento energético, de transporte e comunicações e corredores de comércio, ainda que não seja uma liderança no processo de institucionalização regional.

A ação de Nova Delhi tanto na Caxemira indiana e no norte do país tem demonstrado resultados positivos. Conforme pesquisa de Anthony H. Cordesman e Varun Vira (2010, p. 154-155), a violência política na Caxemira decresceu significativamente desde 2001, fruto de ações de inteligência e desbaratamento indianas, mas também da “cooperação” com o governo de Islamabad. Resta saber, contudo, se a redução da ação terrorista na Caxemira é, de fato, uma realidade resultante da ação governamental ou se é devida ao deslocamento de militantes para o *front* afegão, onde há “outra guerra santa” para ser lutada contra os usurpadores, agora ocidentais, do Islã.

#### **4 INSTITUCIONALIZAÇÃO REGIONAL DA GUERRA AO TERRORISMO NA ÁSIA CENTRAL E DO SUL**

O processo de transformação do perfil da guerra ao terrorismo na região, pode se dizer, teve início no mesmo momento em que a política de guerra ao terrorismo proposta pelos Estados Unidos se colocou em andamento. Apesar de aparentemente contraditória tal afirmação, sua confirmação não é tarefa das mais complexas. As potências regionais já indicavam alguma cooperação na área de segurança para o combate às guerras irregulares em seus territórios nacionais. Havia uma preocupação comum, e uma predisposição à parceria para eliminar ou ao menos reduzir estas ameaças localizadas. A imensa mobilização para campanha da guerra contra o terrorismo islâmico e, de forma conjugada, para a inibição de países detentores de Armas de Destruição em Massa, promovida pelas forças ocidentais propiciou que os esforços conjuntos regionais fossem potencializados e legitimados pela comunidade internacional, em troca de préstimos oferecidos para as operações no Afeganistão. A oportunidade de impor suas características específicas à guerra ao terrorismo na região, entretanto, só se tornou possível em tempos recentes, com o enfraquecimento da ocupação estadunidense, determinada tanto pela resistência oferecida pelos grupos extremistas quanto pela crise interna, política e econômica, por que passa os EUA, desde 2008.

Destarte, cabe agora analisarmos como essa institucionalização regional se configurou, tendo em referência a principal organização criada por Rússia e China, a Organização de Cooperação de Xangai, bem como outros fóruns dedicados diretamente ao tratamento do tema. Cabe lembrar, todavia, que esta tendência não se conformou em um processo de contraposição declarada às intenções estadunidenses na região, mas sim um programa complementar e coordenado de alteração do perfil de ação.

##### **4.1 ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO DE XANGAI E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA GUERRA AO TERRORISMO NA ÁSIA CENTRAL E MERIDIONAL**

Desde sua fundação em 2001, a Organização de Cooperação de Xangai<sup>18</sup> vem desempenhando um importante papel para a melhoria do relacionamento entre Rússia e China, provando ser de grande valor aos interesses comuns de Moscou e Pequim a nível regional. A organização não está livre de potenciais dificuldades das relações bilaterais sino-russas, contudo, ambos os países acreditam que possa se tornar um mecanismo de

<sup>18</sup> A Organização de Cooperação de Xangai surgiu a partir do mecanismo Xangai Cinco (1996-2000), através do qual os chefes de Estado de Rússia, China, Cazaquistão, Quirguistão e Tadjiquistão realizaram encontros para discussão de temas como a mútua confiança, delimitação de fronteiras e desarmamento das regiões fronteiriças. Em 2000 o chefe de Estado do Uzbequistão participou do encontro como convidado. Já no encontro de 2001, foi oficializada a admissão do Uzbequistão ao mecanismo, e no mesmo ano, foi assinada a declaração conjunta das partes para a criação da Organização de Cooperação de Xangai. A organização também envolve países como a Mongólia, Paquistão, Índia e Irã como membros observadores.

gerenciamento das tensões, decorrentes principalmente de suas pontuais divergências de interesses na Ásia Central.

A OCX foi fundada tendo seu foco voltado para a cooperação em questões de âmbito político-militar, em especial ações conjuntas a fim de neutralizar os três “ismos” dos quais padece a região: terrorismo, separatismo e extremismo<sup>19</sup>. Visa também, ainda no campo político-militar, o estabelecimento de medidas restritivas às atividades criminais que transcendem as fronteiras de seus países membros, como o tráfico de narcóticos e de armamentos, além da imigração ilegal. Por outro lado, está em sua carta constituinte, o compromisso com a promoção da cooperação econômica entre as partes, através da construção de um ambiente favorável para o comércio e investimentos, a fim de que este gradualmente assumira um formato de livre circulação de bens, serviços, capital e tecnologia (SHAMBAUGH, 2005. p. 31).

É possível afirmar que Moscou e Pequim vivenciam hoje o ápice de seu relacionamento bilateral. Fato reiterado por Putin que com satisfação declarou que “nós [Rússia e China] superamos todas as tensões e desacordos que existiram no passado. Hoje, não há nem um único problema que não possamos discutir abertamente e de maneira amigável, e encontrar uma solução mutuamente aceita” (MANKOFF, 2009: 195).

No tocante à cooperação contra o terrorismo, foram empreendidas mudanças significativas quanto: 1 - à forma de ação, bem menos intervencionista; 2 – quais os países estavam envolvidos como alvos e/ou centros irradiadores de atividades terroristas, daí a importância da ampliação do escopo, e inclusão de Paquistão e nações centro-asiáticas nas preocupações coletivas; 3 – a compreensão das limitações do terrorismo enquanto força política e militar significativa e 4 – o entendimento que o combate ao terrorismo não é efetivado apenas com a aplicação de força, mas sim com o estímulo ao crescimento econômico, o que resulta no fortalecimento dos projetos políticos de construção nacional e retira parte das justificativas e bases de apoio das organizações extremistas. Neste último ponto há uma crescente convergência em relação aos interesses do governo de Barack Obama, desde fins de 2009. Os meios utilizados para a efetivação destas metas devem ser estabelecidos mediante negociação inter-estatal em organizações regionais, como a OCX, OTSC (Organização do Tratado de Segurança Coletiva) e o Fórum Quadrilateral Afeganistão, Paquistão, Tadjiquistão e Rússia (THORUN, 2009, p. 121; MARTINS, *et al.*, 2011).

No tocante à forma de ação no combate ao terrorismo, China e Rússia, via OCX, compreendem que a intervenção direta nos países de onde provêm as organizações terroristas não é a alternativa mais correta. Tal recurso, além de não contribuir, acaba por se tornar um óbice ao objetivo pretendido. A presença de forças estrangeiras de ocupação, via de regra, tende a estimular que a população local se ampare em organizações políticas internas de resistência e, com os eventuais abusos praticados pelos invasores, esta tendência tende a se agravar<sup>20</sup>. Deve-se sim, por outro lado, em se tratando de termos securitários, fornecer os meios para o governo e instituições estatais promoverem uma repressão de maneira mais eficiente, necessariamente articulada com outras ferramentas. Por esse motivo, chineses e russos tem aumentado as remessas de armas e recursos necessários para a luta contra o terrorismo nos países centro e sul-asiáticos diretamente afetados (SHAMBAUGH, 2005. p. 31. MARTINS, *et al.*, 2011).

A inclusão de novos atores e envolvidos tanto como vítimas ou centros de difusão do terrorismo é também uma novidade. A OCX considera que os países da Ásia Central merecem atenção redobrada no combate aos grupos islamistas radicais principalmente pelo potencial transfronteiriço de suas ações. China e Rússia também destacam o papel

<sup>19</sup> Os três *ismos* a que nos referimos nada mais são do que a externalização das diretrizes de segurança de Rússia e China em uma organização regional.

<sup>20</sup> A presença de tropas russas no Tadjiquistão se justifica, entretanto, pela própria solicitação do governo de Dushanbe.

decisivo do Paquistão como agente passivo e ativo na guerra ao terror, de forma simultânea. Os chineses, ao mesmo tempo em que reafirmam a parceria “de todos os tempos” com o governo de Islamabad (JIABAO, 2010), procura dotar o país de recursos militares para reprimir grupos radicais internos e respaldo político para refrear as ações do ISID no suporte que oferece às organizações islamistas. Além disso, apóia a participação efetiva do país na própria OCX e mantém ativos os acordos de cooperação militar, nuclear, econômica e de infraestrutura com os paquistaneses<sup>21</sup>.

Sobre o poder, alcance e metas do terrorismo na Ásia meridional e central, há uma compreensão diferenciada por parte dos integrantes da OCX. Rússia, China e Índia, pela própria experiência longeva no combate às forças irregulares terroristas, entendem as suas limitações e verdadeiras capacidades. Os grupos terroristas, por si só, não têm possibilidade real de tomar o poder em nenhum dos grandes Estados da região. Sua ação se restringe a empreender o uso do terror esperando que se convertam em algum tipo de medida ou transformação benéfica à própria organização: como atrair a simpatia da população reprimida pelo governo atacado ou levar instabilidade política interna ao país-alvo. O verdadeiro perigo reside sim nas organizações políticas que apóiam a ação terrorista, mas não mantém vínculos públicos com seus perpetradores. Estas contam com projetos políticos alternativos mais consistentes, vinculados à direção do poder estatal.

Essa percepção compartilhada faz com que ocorram, de fato, esforços conjuntos para coibir movimentos terroristas, mas não é um elemento suficiente para que os países respaldem a política de “Guerra ao Terror” promovida pelos EUA como um meio de retomar ou revitalizar sua hegemonia no cenário internacional. No que concerne às três potências asiáticas aqui referidas, os volumosos investimentos em segurança são destinados para combater ameaças convencionais, ou seja, provenientes das forças armadas de outros Estados, e não irregulares, como as de cunho terrorista (muito embora, a percepção da ameaça terrorista faça com que a população legitime o aumento de gastos na área militar). A ênfase da política externa de segurança russa e chinesa para o incremento e modernização de seu arsenal militar e nuclear é um exemplo desta tendência (HAAS, 2010; CORDESMAN & KLEIBER, 2007). Em outras palavras, enquanto o combate ao terrorismo parece unificar esforços para uma pacificação e convergência regional asiática, os governos nacionais apostam muito mais no vigor de uma nova ordem internacional multipolar, na qual as reais ameaças são as tradicionais estatais.

Finalmente, o combate ao terrorismo proposto pelas potências regionais asiáticas passa, necessariamente, pelo estímulo ao crescimento econômico e construção de infraestrutura nos países alvo/irradiadores do terrorismo. Essa proposta atende dois objetivos práticos: primeiro, com o crescimento econômico resolver, pelo menos em parte, a crise social nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, o que resulta em maior legitimidade do governo nacional e restrição do campo de ação de organizações islamistas; e segundo, o aumento da riqueza nacional e a criação de infraestrutura propiciariam a países como China e Índia maiores canais de comércio para seus produtos, bem como, novas formas de aquisição de matérias-primas e recursos energéticos das regiões envolvidas. Esse novo projeto tem o respaldo dos Estados Unidos, uma vez que pode também se aproveitar das mudanças nos mesmos termos que as potências regionais. A instituição da “Nova Rota da Seda”, que transformaria países como Afeganistão e Paquistão em importantes pontos de passagem para os produtos asiáticos, ligando o Ocidente ao Oriente, tem apoio do governo norte-americano (STAR & KUCHINS, 2010). Inclusive, a aposta neste projeto, articulado à crise interna estadunidense, fez com que Washington repensasse sua atuação no Afeganistão. No início de sua administração, em 2009, o presidente Barack Obama aumentou os efetivos

---

<sup>21</sup> À inclusão de novos atores vinculados ativa ou passivamente ao terrorismo, acrescentamos a incorporação do combate ao tráfico de armas e drogas realizado pelos membros da OCX, o que conforma uma política mais complexa e, quiçá, eficiente, já que há interconexão entre as atividades.

no Afeganistão, que passou a ser o principal teatro das operações contra o terrorismo internacional. Entretanto, tal tendência sofreu mudanças justamente por perceber que a política de força, isoladamente, não resolvia o problema. A recente inflexão estadunidense tem cogitado, inclusive, a formação de um governo de coalizão no Afeganistão que integre membros do Talibã, alternativa impensável durante os anos Bush.

O projeto de criação de infraestrutura na região centro e sul-asiática não se restringe às discussões na OCX. Entre os anos de 2009 e 2010<sup>22</sup>, foi criado um espaço político multilateral composto por quatro países envolvidos na região, Afeganistão, Paquistão, Tadjiquistão e Rússia - o Fórum Quadrilateral. Este grupo tem por metas, além do combate ao terrorismo e tráfico de drogas, a criação de infraestrutura energética entre os três primeiros. Também marca a volta dos russos para o cenário da Ásia meridional, afastados desde o fim da ocupação soviética no Afeganistão, em 1989. Embora ainda muito recente, o Fórum pode ser enquadrado, juntamente com as iniciativas bilaterais russas e chinesas de estimular a construção de estradas, portos e outros serviços na região, como um processo de multiplicação das organizações regionais de cooperação.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maior vantagem do processo de institucionalização regional do combate ao terrorismo é, certamente, o caráter abrangente e participativo da iniciativa. Via de regra, em questões de segurança a cooperação entre Estados é um fenômeno restrito, e as iniciativas de Rússia, China e Índia em aprofundar os mecanismos de integração nesta área podem ser vistos como uma iniciativa inédita, embora tenhamos que ressaltar problemas ligados à prematuridade dos projetos e persistência de certas rivalidades historicamente construída entre os países.

Os principais países que compõem a OCX e o Fórum Quadrilateral têm graves obstáculos a superar para dar continuidade às tarefas necessárias para a consolidação da aproximação. Paquistão, China e Estados Unidos compuseram uma aliança relativamente estável durante grande parte do período da Guerra Fria, e tinham justamente como adversários regionais a União Soviética e Índia. Assim, se a análise considera o estabelecimento de alianças internacionais como um elemento inscrito ou determinado pela longa duração, seria possível antecipar o ocaso da cooperação no combate ao terrorismo e reestruturação econômica no sul e centro da Ásia. Entretanto, se for levado em conta a convergência de interesses regionais e globais, uma vez que as grandes potências asiáticas têm interesse em consolidar uma ordem multipolar, e que esse processo levará tempo para se instaurar, as conclusões podem apontar para a persistência e aprofundamento das organizações. Ademais, em que pesem os instrumentos e objetivos dos Estados regionais envolvidos na política de institucionalização do combate ao terrorismo, há ainda que se considerar a relevância dos Estados Unidos, independente da fórmula escolhida.

Não é nosso objetivo aqui traçar os diversos e possíveis cenários futuros para a região. Esta pesquisa ainda se encontra nos estágios iniciais e apenas nos limitamos a analisar a mudança nos padrões da política transnacional contraterrorista, sem lançar mão de grandes referenciais e discussões teóricas, ou mesmo de volumoso material de pesquisa documental. Enfim, trata-se de trabalho em andamento, e de conclusões parciais.

---

<sup>22</sup> Em 2009 ocorreu a primeira reunião do Fórum reunião em Dushanbe, no Tadjiquistão. Em 2010, o encontro se repetiu na cidade de Sochi, na Rússia.

## REFERÊNCIAS

ALI, Tariq. **Confronto de Fundamentalismos. Cruzadas, Jihads e Modernidade**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

BRIEDLID, Anders, et. al. (ed.). **American Culture. An anthology of civilization texts**. Nova Iorque: Routledge, 1996.

CORDESMAN, Anthony H. & KLEIBER, Martin. **Chinese Military Modernization: force development and strategic capabilities**. Washington-DC, CSIS, 2007.

CORDESMAN, Anthony H. & VIRA, Varun. **Pakistan: Violence vs. Stability. A national net assessment**. CSIS – Center for Strategic and International Studies. 2011. Disponível em: <[csis.org/files/publication/110504\\_stabilizing\\_pakistan.pdf](http://csis.org/files/publication/110504_stabilizing_pakistan.pdf)> Acesso em 30 de junho de 2012.

CRENSHAW, Martha. A estratégia contraterrorista dos Estados Unidos. In: HERZ, Mônica & AMARAL, Arthur Bernardes do (org.) **Terrorismo e Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Edições Loyola, 2010.

DINIZ, Eugênio. A guerra contra a Al-Qaeda: avaliação e perspectivas. In: HERZ, Mônica & AMARAL, Arthur Bernardes do (org.) **Terrorismo e Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Edições Loyola, 2010.

DUARTE, Érico Esteves. A Resolução de Conflitos pela Perspectiva Clausewitziana: O Imperativo do Equilíbrio de Forças. **CHDS**. 2009. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/42500019/Duarte-2009-Imperativo-do-Equilibrio-de-Forcas-v-CHDS-2>> Acesso em 30 de junho de 2012.

GILL, Bates. **Rising Star: China's New Security Diplomacy**. Washington: Brookings Institution Press, 2007.

HAAS, Marcel de. **Russia's Foreign Security Policy in the 21st Century. Putin, Medvedev and beyond**. Londres: Routledge, 2010.

HAASS, Richard Nathan. From Reluctant to Resolute: American Foreign Policy after September 11. **Discurso para o Conselho de Relações Internacionais**. Chicago, 26 Junho de 2002. Disponível em: <<http://statelists.state.gov/scripts/wa.exe?A2=ind0206d&L=dosssdo&P=221>> Acesso em 15 de junho de 2012.

**ICASUALTIES.ORG**. Fatalities by Year and Month in Afghanistan. Disponível em: <<http://icasualties.org/OEF/ByMonth.aspx>> Acesso em 02 de junho de 2012.

JIABAO, Wen. Shaping the Future Together Through Thick and Thin. **Speech at the Parliament of the Islamic Republic of Pakistan**. Islamabad, 19 December 2010. Disponível em: <<http://my.chineseembassy.org/eng/zgxw/t794521.htm>> Acesso em 26 de junho de 2012.

KATZMAN, Kenneth Afghanistan: Politics, Elections, and Government Performance. **Serviço de Pesquisa do Congresso** – Preparado para membros e comitês do Congresso dos EUA. 13 de outubro de 2010.

KEPEL, Gilles. **Jihad: expansão e declínio do islamismo**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003.

MACDONALD, David. **Drugs in Afghanistan. Opium, Outlaws and Scorpion Tales**. Londres: Pluto Press, 2007.

MALASHENKO, Alexey. **Losing the Caucasus**. Carnegie Endowment for International Peace, Moscow Center. Briefing, vol. 11, nº3, 2009. Disponível em: [http://carnegieendowment.org/files/Malashenko\\_Losing\\_the\\_Caucasus\\_BriefAug09\\_Eng.pdf](http://carnegieendowment.org/files/Malashenko_Losing_the_Caucasus_BriefAug09_Eng.pdf) Acesso em 12 de junho de 2012.

MANKOFF, Jeffrey. **Russian Foreign Policy: The Return of Great Power Politics**. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers Inc., 2009.

MARTINS, José Miguel Quedi; BORILLI, Cassiana; NEVES JR., Edson José, PICCOLLI, Larlecianne. O Fórum Quadrilateral e os novos caminhos para a regionalização na Ásia Central e Meridional. **Conjuntura Austral**. Vol. 2, n. 8, pp. 63-81, Out/Nov. 2011.

MILLWARD, James A. **Eurasian Crossroads. A History of Xinjiang**. Nova Iorque: Columbia University Press, 2007.

NEVES JR., Edson José. O Paquistão e o Terrorismo Transnacional na Caxemira: entre o patrocínio real e a punição virtual (1989-2009). **Conjuntura Austral**. Vol. 1, nº. 2, p. 1-20, 2010.

**NEW YORK DAILY NEWS**. A Fight Vs. Evil, Bush And Cabinet Tell U.S. 17 de setembro de 2001. Disponível em: [http://www.nydailynews.com/archives/news/2001/09/17/2001-09-17\\_a\\_fight\\_vs\\_evil\\_bush\\_and\\_c.html](http://www.nydailynews.com/archives/news/2001/09/17/2001-09-17_a_fight_vs_evil_bush_and_c.html) Acesso em 09 de outubro de 2011.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?** 2ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

PETERS, Gretchen S. The Taliban and the Opium Trade. In: GIUSTOZZI, Antonio (org.) **Decoding the new Taliban: insights from the afghan field**. Nova Iorque: C. Hurst & Co Publishers, 2009.

RASHID, Ahmed. **Descent Into Chaos. The world's most unstable region and the threat to global security**. Londres: Penguin Books, 2008.

ROJO, Raúl Enrique. **Da velha Guerra Fria ao novo "Inimigo Total"**. 2004. Disponível em: <[http://www.cedep.ifch.ufrgs.br/Textos\\_Elet/pdf/Rojo.pdf](http://www.cedep.ifch.ufrgs.br/Textos_Elet/pdf/Rojo.pdf)> Acesso em: 13 de junho de 2012.

SAIKAL, Amin. **Modern Afghanistan: A History of Struggle and Survival**. Londres: I. B. Tauris & Company Limited, 2004.



SAIKIA, Jaideep. The ISI Reaches East: Anatomy of a Conspiracy. **Studies in Conflict & Terrorism**. Vol. 25, pp.185–197, 2002.

SHAHZAD, Syed Sallem. **Inside Al-Qaeda and the Taliba. Beyond Bin Laden and 9/11**. Londres: Pluto Press, Palgrave Macmillan, 2011.

SHAMBAUGH, David. Return to the Middle Kingdom? China and Asia in the Early Twenty-First Century. In: SHAMBAUGH, David (ed.). **Power shift: China and Asia's new dynamics**. Los Angeles, University of California Press, 2005.

SPERLING, Elliot. The Tibet-China Conflict: History and Polemics. **Policy Studies 7. East-West Center Washington**. Washington, 2004. Disponível em: <<http://www.eastwestcenter.org/fileadmin/stored/pdfs/PS007.pdf>> Acesso em 18 de junho de 2012.

STAR, S. Frederick & KUCHINS, Andrew C. **The Key to Success in Afghanistan. A Modern Silk Road Strategy**. Washington: Central Asia-Caucasus Institute & Silk Road Studies Program, 2010.

THORUN, Christian. **Explaining change in Russian foreign policy: the role of ideas in post-Soviet Russia's conduct towards the West**. Londres: Palgrave Macmillan, 2009.

TRENIN, Dmitri. **The End of EURASIA: Russia on the Border Between Geopolitics and Globalization**. Washington, DC: Carnegie Endowment of International Peace, 2001.

TSYGANKOV, Andrei P. Putin and Foreign Policy. In: HERSPRING, Dale R. **Putin's Russia: Past Imperfect, Future Uncertain**. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 2006, p. 195-217.

**U.S. HOUSE OF REPRESENTATIVES**. Subcommittee on National Security and Foreign Affairs. Report of the Majority Staff - Warlord, Inc. Extortion and Corruption Along the U.S. Supply Chain in Afghanistan. Junho de 2010.

WINCHELL, Sean P. Pakistan's ISI: The Invisible Government. **International Journal of Intelligence and CounterIntelligence**. Vol. 16, n.º 3, pp 374–388, 2003.